



RELATÓRIO ESPECIAL

Argentina: os próximos seis meses do governo de Macri

Buenos Aires, junho 2016

d+i desenvolvendo
ideias

LLORENTE & CUENCA

I. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO
2. INFLAÇÃO, ESSA PATOLOGIA ARGENTINA
3. OS CUSTOS DO AJUSTE
4. FIM DAS RESTRIÇÕES, NOVAS ALIANÇAS
5. O CONTEXTO POLÍTICO
6. ENERGIA, MINERAÇÃO, AGROPECUÁRIA
7. CONCLUSÕES

AUTOR

A administração de Mauricio Macri aspira traçar uma linha no calendário e iniciar uma nova etapa de gestão quando começar o segundo semestre de 2016. Para isso, a Casa Rosada procurou concentrar os ajustes nos primeiros meses e já preparou com uma série medidas e acordos para terminar de delinear um marco capaz de gerar os investimentos que o país espera há mais de uma década. As projeções positivas daqui até dezembro tornaram-se lugar comum entre os funcionários públicos; tanto que as redes sociais vêm repercutindo piadas a respeito, como a que diz que o famoso romance rural "*Don Segundo Sombra*", de ensino clássico em escolas argentinas, passará a se chamar "*Don Segundo Semestre*".

O Presidente Macri conduziu a primeira etapa de sua administração de modo decisivo. Carente de uma estrutura partidária forte como a do opositor do Partido Justicialista (Peronista), Macri tem se esforçado para posicionar-se como um governante forte, que adota com energia, bons reflexos e sentido prático, as medidas necessárias para organizar os desequilíbrios econômicos deixados por seus antecessores. Estas decisões foram recebidas positivamente pelo mundo dos negócios em geral –ainda que não falem desencantos mútuos entre o Presidente e certos setores empresariais– e por uma parte significativa da sociedade.

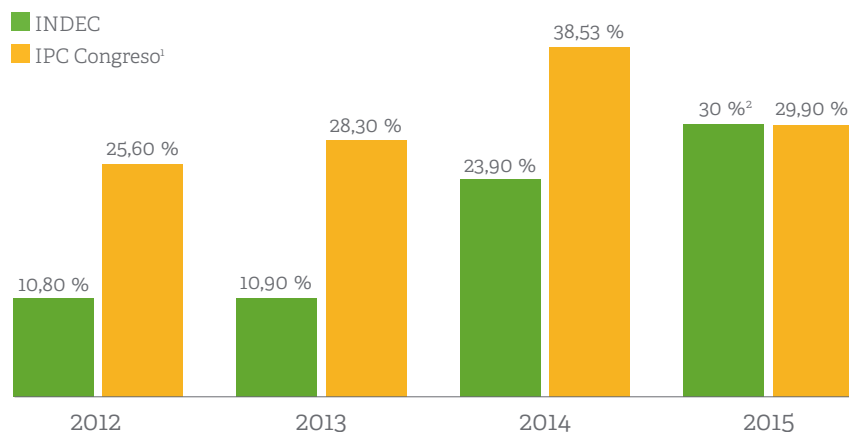
É verdade que a figura de Macri começou a sofrer a erosão própria do exercício do poder em tempos de ajustes. Mas diferentes medições apontam que ele ainda terá o crédito necessário para lidar com as reformas econômicas restantes, mais ou menos drásticas, mesmo quando os seus efeitos positivos na vida cotidiana não puderem ser notados de maneira imediata.

2. INFLAÇÃO, ESSA PATOLOGIA ARGENTINA

A grande aposta do Governo é que, na última parte de 2016, o país inicie uma trajetória de crescimento econômico. O marco no calendário não é casual: no próximo ano haverá eleições parlamentares e sem nenhum resultado de gestão concreto, o macrismo poderia sofrer uma derrota eleitoral que poderia permitir ao peronismo reorganizar-se e reposicionar-se como a ameaça que foi para os outros governos não peronistas de 1983 até hoje.

Decisões que eram previsíveis e necessárias –como o notável aumento das taxas dos serviços públicos– levaram a uma aceleração da inflação, uma deterioração do poder aquisitivo dos assalariados e a uma diminuição da atividade econômica, reconhecida pelo próprio Governo. A base do raciocínio otimista se baseia no fato de que a inflação crescente destes últimos meses é o resultado de um reajuste já finalizado de acomodação dos preços relativos e que, com a normalização das principais variáveis, se concretizarão os investimentos produtivos que a economia da Argentina precisa para começar a iniciar o caminho da recuperação.

Inflação: Comparativo anual 2012-2015 (%)



¹ Índice de Preços ao Consumidor divulgado pelo Congresso Nacional, conhecido como "IPC Congreso". Este índice reflete uma média de nove índices privados e públicos (provinciais) da inflação. A iniciativa foi uma resposta da oposição no Parlamento para a perseguição judicial e administrativa encabeçada pelo então secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno, contra as consultorias privadas. O objetivo era colocar à disposição um número alternativo ao oficial. Começou a ser implementado a partir de 2011.

² Os números de referência são da Cidade de Buenos Aires, cuja cifra da inflação chegou a 26,9% em 2015, e da província de San Luis (centro-oeste), que alcançou 31,6%. Ambos foram estabelecidos como indicadores de referência até o INDEC concluir o desenvolvimento de uma nova metodologia para medir a evolução dos preços.

Com este objetivo, Macri e sua equipe econômica têm colocado o foco sobre a criação das condições para que capitais geradores de emprego cheguem ao país, por meio de um programa que tem como eixo a diminuição da intervenção do Estado na economia, sinal claro da distinção das administrações de Nestor Kirchner e sua esposa, Cristina Fernández.

O governo também considera fundamental reduzir a inflação, que apenas em maio atingiu um recorde de mais de 6%. Para isso, reduziu a emissão monetária e definiu taxas de juros próximas aos 40%, estimulando a redução da circulação do montante de dinheiro.

A Argentina passou por vários períodos inflacionários ao longo de sua história e a tarefa, desta vez, é desafiadora. Mesmo com uma desaceleração no aumento dos preços na segunda metade do ano, devido ao impacto recesivo das medidas adotadas, as projeções dos analistas privados apontam para uma inflação média próxima de 35% em 2016.

O presidente Macri havia previsto algo em torno de 25% ao ano.

3. OS CUSTOS DO AJUSTE

O governo tem recebido críticas por suas deficiências em amparar as consequências sociais da reestruturação da economia e também por algumas decisões que potencializaram a inflação, como a autorização de uma sé-

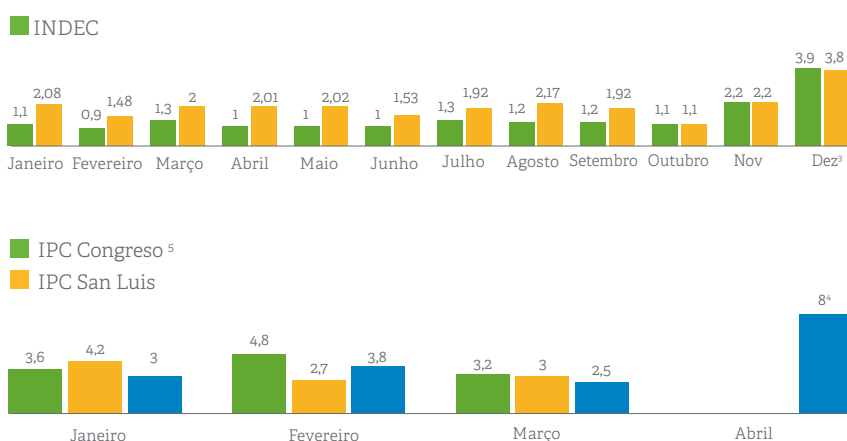
rie de aumentos nos preços dos combustíveis.

Em maio, se tornou público um relatório do Unicef que aponta que 4 milhões de crianças argentinas vivem na pobreza. Apesar dos dados serem de dezembro de 2015 –o momento da saída do kirchnerismo– a ninguém escapa a percepção que, até o presente momento de 2016, a situação dos mais vulneráveis se deteriorou. A aceleração da inflação atinge diretamente aqueles que têm menos e os dados de consumo das grandes redes de supermercados já estão refletindo isto: em abril, as vendas caíram 3,6% na comparação anual.

Com atraso, de acordo com a opinião da maioria dos analistas, o governo lançou algumas medidas de contenção social. Por exemplo, um projeto de lei para devolver o imposto sobre o valor agregado (IVA) para compras de alimentos feitas por aposentados e aqueles que recebem ajuda social direta. A iniciativa foi aprovada pela Câmara dos Deputados e agora deve ser tratada pelo Senado.

Mauricio Macri aumentou suas aparições públicas nos últimos tempos para tentar criar empatia com os setores da sociedade que mais sofreram com o reajuste da economia durante os primeiros meses de seu governo. A mensagem é clara: *o remédio é amargo, mas é necessário para chegar a uma situação que seja melhor para todos.*

Inflação: Comparativo mensal 2015-2016 (%)



³ Em dezembro, com a mudança de autoridades, o chefe do INDEC apontou que não podiam ser publicados dados oficiais, o que se tornaria os "IPC Alternativos" nas mensurações da inflação calculadas pela cidade de Buenos Aires (3,9%) e San Luis (6,5%).

⁴ Este valor é uma estimativa.

⁵ Dada a falta de credibilidade do IPC oficial foram utilizados outros índices na análise.

“Os subsídios são responsáveis por 80% do déficit fiscal”

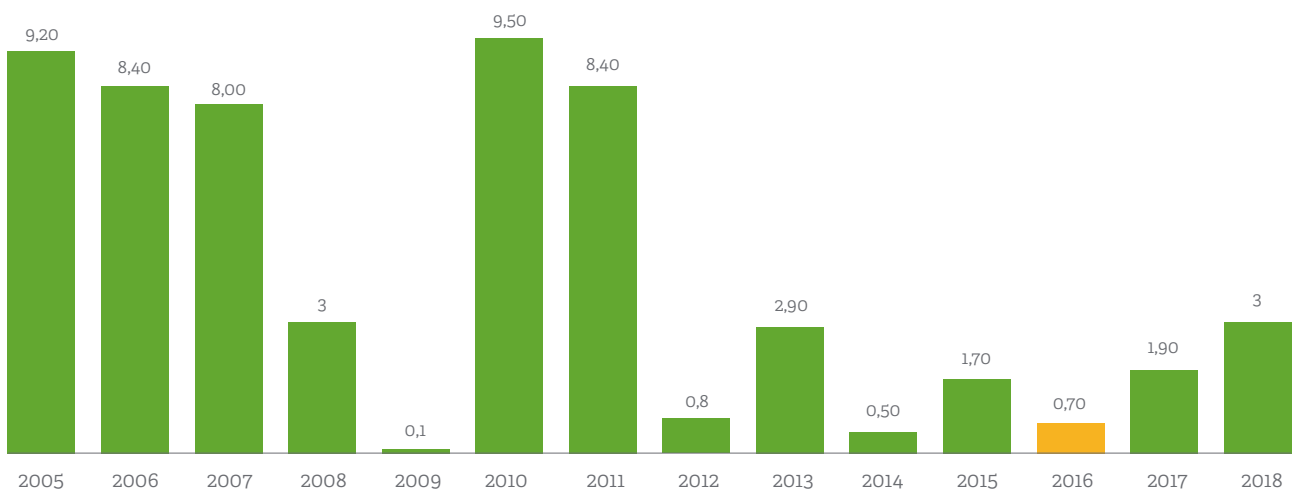
Também houve protestos em algumas cidades, incentivadas pelo kirchnerismo residual e outros setores descontentes. Pela televisão, é possível assistir ao presidente quase todos os dias, pedindo aos argentinos que confiem no resultado positivo das medidas que vêm sendo tomadas e que este começará a ser visto mais cedo que tarde. Seu gabinete –que, aliás, é muito pouco diverso– tem explicado algumas consequências destes ajustes com frases infelizes pela sua escassa sensibilidade.

Ainda que baixar a inflação seja um dos principais objetivos do Governo, os cortes dos gastos públicos não foram expressivos. Os subsídios diretos à prestação dos serviços públicos, que alcançaram 5,1% do PIB em 2015, foram

reduzidos, mas alcançaram, de toda maneira, 3,9% do PIB, de acordo com projeções privadas. Da mesma forma, os usuários, embora tenham sido severamente afetados pelo aumento de taxas (200% na eletricidade e 200% ne gás natural, em média), seguem sem pagar os custos reais dos serviços: o preço do transporte público na área metropolitana de Buenos Aires, por exemplo, refere-se à metade do seu valor real.

Hoje, os subsídios são responsáveis por 80% do déficit fiscal, que continua a ser elevado –5,4% do PIB– sendo financiado pelo governo a partir da dívida externa. Neste cenário, espera-se alcançar a meta de redução da inflação, mas, principalmente, o arrefecimento da atividade econômica.

PBI: Comparativo e projeções (%)



Fonte: Banco Mundial

“O caminho do Governo no Congresso não será tão fácil. Nas suas diferentes linhas internas, o Peronismo é maioria no Senado e primeira minoria na Câmara dos Deputados”

4. FIM DAS RESTRIÇÕES, NOVAS ALIANÇAS

Além do ataque à inflação, da liberação das restrições para operar no mercado de câmbio ("as restrições"), o financiamento de tarifas, o acordo e o pagamento para os chamados 'fundos abutres' que haviam vencido a batalha judicial contra o estado argentino são as medidas econômicas adotadas por Macri, a fim de gerar o interesse de investidores estrangeiros no país.

A liberação do tipo de câmbio não gerou tremores –apesar que muitos terem agourado– e hoje não há expectativa de uma desvalorização significativa no restante do ano. Na média das estimativas privadas, um dólar está cotado em 16,50 pesos até o final de 2016, e deve iniciar o segundo semestre em torno dos 14. Também foram reduzidos os impostos sobre as exportações agrícolas e minerais e foram anunciados créditos com taxas subsidiadas para pequenas e médias empresas. Estas últimas são responsáveis por 71% dos empregos formais no setor privado, de acordo com dados oficiais.

O Governo também redesenhou o esquema de alianças internacionais do país e deu sinais positivos para os Estados Unidos e aos países da Europa Ocidental. A boa recepção destes gestos foi evidenciada nas visitas de alto nível que Macri recebeu em Buenos Aires durante os primeiros meses de sua administração: o Presidente dos Estados

Unidos, Barack Obama; da França, François Hollande, e do primeiro-ministro italiano, Matteo Renzi. Todos manifestaram expectativas positivas diante da nova era política aberta na Argentina e prometeram apoio estatal às empresas de seus países que tenham a intenção de fazer negócios no país.

O Presidente celebrou estas notícias: a Argentina "volta a estar dentro do mundo", como se costuma dizer, para diferenciarem-se, desde logo, das alianças do kirchnerismo com governos como os da Venezuela, Irã e Rússia. De qualquer forma, um dos mais graves problemas enfrentados pela Argentina está justamente na sua frente externa e é a situação do Brasil.

O Governo pareceu ratificar a suspensão da presidente Dilma Rousseff e a ascensão do vice, Michel Temer, quando o Ministério das Relações Exteriores afirmou que o país respeita o processo institucional e que prosseguirá o seu diálogo com as novas autoridades. A evolução da situação do Brasil é uma enorme fonte de preocupação para a Argentina, que necessita que a economia do seu poderoso vizinho se recupere.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina e o impacto da sua crise é enorme. Nos primeiros meses do ano, a Argentina vendeu menos e comprou mais do Brasil. Assim, o déficit na balança comercial bilateral foi de US\$ 1,4 bilhões. Isso, no contexto de um bolo que diminuiu ainda

“A área do judiciário é uma das que a Casa Rosada ainda não consegue operar com a profundidade e a precisão exigidas”

mais: o intercâmbio comercial entre os dois países, em 2015, foi de pouco mais de US\$ 23 bilhões, quando, em 2011, alcançou quase US\$ 40 bilhões.

5. O CONTEXTO POLÍTICO

A administração de Macri é o primeiro governo da Argentina, desde o retorno da democracia, que começou seu mandato sem o domínio do Congresso. Nas suas diferentes linhas internas, o Peronismo é maioria no Senado e primeira minoria na Câmara dos Deputados. Por esta razão, surpreendeu, e foi interpretado como um sinal de fortaleza política, o rápido apoio parlamentar que o oficialismo obteve no poder com os chamados fundos abutres.

No entanto, logo ficou claro que o caminho do Governo no Congresso não será tão fácil, quando o sindicalismo –também peronista– impulsionou um projeto de lei que proíbe as empresas de demitir trabalhadores durante seis meses e deixou a escolha para o trabalhador de concordar em deixar seu emprego, para exigir uma dupla indenização.

O Presidente afirmou publicamente que a iniciativa não avançou porque –disse– esta medida serviria apenas para aumentar os custos trabalhistas e desencorajar a geração de empregos. Aprovado pelo Congresso, o projeto foi vetado pelo Presidente. E este aproveitou para dar mais um sinal da firmeza e, acima de tudo, de que a Argentina está

criando as condições necessárias para o investimento.

A questão das demissões tem um caráter controverso porque, na atual Argentina, não há dados precisos sobre o mercado de trabalho. Cristina Kirchner disse adeus ao cargo com uma taxa de desemprego de 5,9%, de acordo com dados oficiais que não têm credibilidade; consultorias privadas indicaram a percentagem de desemprego perto dos dois dígitos. Em relação a isso, até o momento, neste ano, o governo rejeitou a denúncia de um determinado setor da oposição, no sentido de que há uma "onda de demissões".

De qualquer forma, a situação mais grave é a de uma alta proporção da população ocupada, próximo a 40%, que cumpre as suas atividades na economia informal. De acordo com números do Ministério da Produção, o mercado de trabalho da Argentina hoje emprega entre 18 e 19 milhões de pessoas. Destes, 6,5 milhões trabalham no setor privado; 4,5 no público e o restante, na informalidade.

O Governo prometeu trabalhar para reverter esta realidade, mas até agora não deu publicidade a nenhuma política concreta.

6. ENERGIA, MINERAÇÃO, AGROPECUÁRIA

O governo e os principais agentes do setor privado têm feito uma série de anúncios de investimento que devem se concretizar no restante de 2016 e em 2017.

“A reforma do sistema judiciário é, de fato, outro dos assuntos pendentes que o governo de Macri precisa priorizar”

Com o presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Macri informou que a instituição financeira irá fornecer US\$ 2 bilhões para investir em projetos de infraestrutura nas províncias do Norte, que compõem a região mais atrasada do país. Além disso, a concessão de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi anunciada, um total de US\$ 5 bilhões de dólares. As obras públicas, de acordo com o Governo, poderão empregar cerca de 60.000 pessoas em 2017, enquanto grandes projetos relacionados às obras hídricas e do transporte, criariam outros 400.000 novos postos de trabalho.

A Argentina tem potencial de atrair investimentos em áreas que ficaram estancadas nos últimos anos. O setor empresarial da mineração, por exemplo, pretende investir US\$ 20 bilhões nos próximos cinco anos, o que poderia gerar 40.000 novos postos de trabalho. O Ministério da Energia, por sua vez, estima que nos próximos dois ou três anos o país deverá receber investimentos de cerca de US\$ 5 bilhões no setor da energia renovável, um assunto em que a Argentina ficou, indubitavelmente, muito atrás em comparação com outros países da própria região, como Uruguai e Chile. E o campo petrolífero de Vaca Muerta, na Cordilheira dos Andes, ainda tem enormes oportunidades de desenvolvimento, com o tradicional setor agroalimentar.

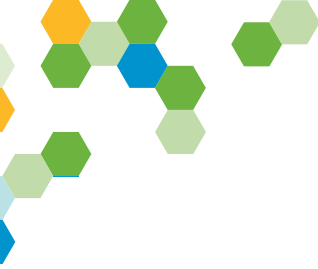
O governo fala de “investimentos” latentes”, de cerca de US\$ 20 bilhões, que poderiam se materializar entre 2016 e 2017.

7. CONCLUSÕES

A saída dos Kirchner do poder desencadeou uma série de investigações criminais que têm a própria ex-presidente e vários de seus ministros gravemente suspeitos de corrupção no exercício de suas funções públicas. Os juízes que realizam estes processos são os mesmos que, até recentemente, tinham realizado pouco ou nenhum progresso nestes processos.

A reforma do sistema judiciário é, de fato, outro dos assuntos pendentes que o governo de Macri precisa priorizar para avançar no sentido de um cenário de investimentos mais seguro, em um país que não avançou bem em relação às regras de jogo mais ortodoxas. Esta reforma não é, provavelmente, parte das questões prioritárias; a área do judiciário é uma das que, como o Congresso, a Casa Rosada, ainda não consegue operar com a profundidade e a precisão exigidas.

O controle da inflação, o aumento da atividade econômica, o aumento dos investimentos e a geração de empregos são as questões que a administração Macri decidiu atacar primeiro. O Governo espera que, no terceiro trimestre, a queda do consumo diminua e, até o final do ano, que se inicie o processo de recuperação econômica.



“O Governo espera que, no terceiro trimestre, a queda do consumo diminua e, até o final do ano, que se inicie o processo de recuperação econômica”

Outra das piadas populares sobre o futuro da administração Macri diz que o segundo semestre "é como os Magos: não existe"... O governo está determinado a reforçar a ideia de que vai na direção certa e que, no máximo, até dezembro deve superar o estado das coisas, que terminarão de florescer em 2017.

Com o mesmo objetivo de atrair investidores, a Casa Rosada se prepara para lançar um plano de lavagem de capitais para que as pessoas físicas e jurídicas terão acesso, sem declarar no exterior. Os detalhes da norma ainda são controversos. Mas o macrismo imagina um volume de aceitação de cerca de US\$ 25 bilhões que, no final, pode surgir como um outro endosso do mundo investidor às mudanças que a Argentina está realizando.

Macri não deixa de ser um presidente *sui generis*. Para começar, não é peronista; quase uma anomalia na vida moderna do país. De fato, derrotou o Peronismo em um segundo turno –o primeiro da história– e é obrigado a negociar muitas das suas iniciativas em um país pouco habituado ao diálogo. E seu partido é praticamente uma novidade, produto da eclosão institucional de 2001.

Um elemento principal o permite conservar o crédito com os argentinos: Macri representa o oposto do que o kirchnerismo deixou. A encenação desta diferenciação é, fundamentalmente, o que lhe valeu tanto a vitória eleitoral, como um andar relativamente calmo no primeiro semestre de gestão. A partir de agora, o governo deverá mostrar resultados concretos.

Autor



Pablo Abiad é Sócio e Diretor da LLORENTE & CUENCA Argentina. É advogado especializado em Direito Penal (UBA) e jornalista (Taller Escola Agência - TEA). Especialista em comunicação corporativa e relações públicas, desenvolveu estratégias de reputação para grandes companhias argentinas e estrangeiras. Trabalhou por mais de 15 anos no jornal *Clarín*, onde era responsável pela cobertura de temas jurídicos, tendo sido colaborador de outros meios de comunicação argentinos. É autor de dois livros de jornalismo investigativo e participa de conferências sobre jornalismo em várias partes do país e da região. Ingressou na LLORENTE & CUENCA em 2009.

pabiad@llorenteycuenca.com

S/A LLORENTE & CUENCA

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio fundador e presidente
jalloriente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e diretor geral corporativo de
Talentos, Organização e Inovação
acorujo@llorenteycuenca.com

Tomás Matesanz
Diretor geral corporativo
tmatesanz@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e diretor geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Goyo Panadero
Sócio e diretor geral
gpanadero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO DE TALENTO

Daniel Moreno
Gerente de Talento
para Espanha e Portugal
dmoreno@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos
Gerente de Talento
para Região Andina
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Eva Pérez
Gerente de Talento
para América do Norte, América
Central e Caribe
eperez@llorenteycuenca.com

Karina Sanches
Gerente de Talento para
Cone Sul
ksanches@llorenteycuenca.com

ESPAÑA E PORTUGAL

Barcelona

María Cura
Sócia e diretora geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e vice-presidente
Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e diretor sénior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Latam Desk
Claudio Vallejo
Diretor senior Latam Desk
cvallejo@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Ana Folgueira
Diretora geral de Impossible Tellers
ana@impossibletellers.com

Impossible Tellers
Diego de León, 22, 3º izq
28006 Madrid
Tel. +34 91 438 42 95

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Diretor geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. + 351 21 923 97 00

Cink.

Sergio Cortés
Sócio. Fundador e presidente
scortes@cink.es

Calle Girona, 52 Bajos
08009 Barcelona
Tel. +34 93 348 84 28

EUA

Miami

Erich de la Fuente
Sócio e diretor geral
edela Fuente@llorenteycuenca.com

600 Brickell Ave.
Suite 2020
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

Nova Iorque

Latam Desk
Adriana Aristizábal
Consultora sénior
aaristizabal@llorenteycuenca.com

277 Park Avenue, 39th Floor
New York, NY 10172
Tel. +1 917 833 0103

Washington, DC

Ana Gamonal
Diretora
agamonal@llorenteycuenca.com

10705 Rosehaven Street
Fairfax, VA 22030
Washington, DC
Tel. +1 703 505 4211

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Cidade do México

Juan Rivera
Sócio e diretor geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc
CP 06600, Cidade do México
Tel. +52 55 5257 1084

Havana

Pau Solanilla
Diretor geral para Cuba
psolanilla@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Panamá

Javier Rosado
Sócio e diretor geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Av. Samuel Lewis
Edifício Omega - piso 6
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel. +1 809 6161975

REGIÃO ANDINA

Bogotá

María Esteve
Diretora geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B - of. 501
Tel. +57 1 7438000

LIMA

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Humberto Zogbi
Presidente
hzogbi@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro
Tel. +51 1 2229491

Quito

Alejandra Rivas
Diretora geral
arivas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero - Edificio World Trade
Center - Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e gerente geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Tel. +56 22 207 32 00

AMÉRICA DO SUL

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e diretor geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Daniel Valli
Diretor sénior de Desenvolvimento
de Negócios Cone Sul
dvalli@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor executivo
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 - Sala 1801
RJ - 20011-000
Tel. +55 21 3797 6400

São Paulo

Marco Antonio Sabino
Sócio e presidente Brasil
masabino@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer
Diretor geral
jcozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390



d+i desenvolvendo ideias

LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Desenvolvendo Ideias é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe

Desenvolvendo Ideias.

www.desenvolvendo-ideias.com

www.revista-uno.com